



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

47º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Conforme preceitua o inciso XXXIV, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas”,

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos e a obtenção de certidões em repartições públicas de forma a fundamentar o exercício de seus direitos fundamentais.
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas e a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como o acesso ao Poder Judiciário.
- c) a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- d) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal e a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, a qual é conferida a todo e qualquer cidadão gratuitamente.

2) Com relação à teoria dos direitos fundamentais e à sua aplicação no direito constitucional brasileiro, assinale a opção CORRETA:

- a) O método de solução de conflitos entre direitos fundamentais constitucionalmente previstos, em caso de colisão, é a ponderação de interesses; o legislador, contudo, por força do princípio democrático, pode resolver conflitos por meio da lei, efetuando a ponderação em abstrato.
- b) A superproteção conferida pelo art. 60, § 4.º, IV (direitos e garantias individuais), aos direitos fundamentais limita-se ao disposto no art. 5.º, da Constituição, em deferência ao princípio democrático.
- c) Os tratados internacionais de direitos humanos, após a EC n.º 45/2004, devem seguir o mesmo procedimento de emenda à Constituição para que possam ser incorporados ao direito brasileiro, devendo ser submetidos à chancela plebiscitária.
- d) Segundo a jurisprudência, os direitos fundamentais são absolutos, inalienáveis e imprescritíveis, cabendo ao intérprete o dever de sempre proporcionar sua eficácia plena sob qualquer circunstância, podendo o cidadão requerer o mesmo diretamente à União Federal em caso de descumprimento.
- e) Os direitos fundamentais de primeira geração (ou dimensão) são denominados de direitos sociais, que demandam um fazer por parte do Estado, e foram inaugurados com as revoluções burguesas do século XVIII.

3 Suponha que a assembleia legislativa de determinado estado da Federação tenha editado lei tratando de utilização de recursos minerais e petróleo. Nesse caso, a atuação do ente estadual foi:

- a) correta, se lei complementar ordinária federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema.
- b) errada, pois a competência para legislar sobre o tema é exclusiva da União.
- c) correta, pois a competência para legislar sobre o tema é comum da União e dos estados.
- d) correta, pois a competência para legislar sobre o tema é concorrente entre União, estados e municípios.
- e) correta, se lei complementar federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema.

4) A respeito do Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar que:

- a) a Constituição brasileira fixa limitações materiais e circunstanciais ao poder de revisão.
- b) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- c) a Constituição brasileira não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- d) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- e) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

5) De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) orçamento.

- b) trânsito e transporte.
- c) procedimentos em matéria processual.
- d) juntas comerciais.
- e) matéria tributária.

6) O art. 1.º, caput, da CF/88 preceitua que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo -se em Estado Democrático de Direito. Considerando o exposto, assinale a alternativa CORRETA no que tange a organização política administrativa do Estado:

- a) Os municípios, unidades federadas autônomas, mas não independentes, são subordinados de maneira administrativa aos estados nos quais se localizam, com exceção das capitais dos Estados, que possuem independência plena.
- b) A Constituição Federal preceitua que o Distrito Federal, capital federal, não pode ser dividido em municípios.
- c) Os Estados Federados, em obediência a hierarquia estabelecida na Constituição Federal, do ponto de vista político-administrativo são subordinados à União no que se refere às escolhas de suas políticas públicas.
- d) A União pode intervir diretamente nos Estados a qualquer tempo verificada a ocorrência de edição de leis contrárias à Constituição Federal.
- e) Compete aos Estados a fiscalização do cumprimento da lei orçamentária pelos municípios sob pena de intervenção federal.

7) Dentre os princípios expressamente previstos na Constituição Federal, marque a alternativa:

I. Moralidade

II. Eficiência

III. Proporcionalidade

IV. Razoabilidade

V. Legalidade

- a) se todos os itens estiverem corretos.
- b) se somente dois itens estiverem corretos.
- c) se somente três itens estiverem corretos.
- d) se somente quatro itens estiverem corretos.
- e) se nenhum item estiver correto.

8) O Supremo Tribunal Federal tem suas competências estabelecidas na Constituição Federal. De acordo com o artigo 102 da Constituição de 1988, compete ao Supremo:

- a) processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.
- b) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e os vereadores.
- c) processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e os municípios, com exclusão dos Estados.
- d) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- e) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei estadual

9) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a advocacia pública, é CORRETO afirmar que:

- a) O exercício da atividade de representação judicial e de consultoria jurídica no âmbito dos Estados e do Distrito Federal é de competência exclusiva dos Procuradores do Estado, sendo vedada a criação de Procuradoria Autárquica para a consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações estaduais.
- b) Aos procuradores estaduais são concedidas as mesmas garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade dos Juízes de Direito e dos Auditores da Receita Federal do Brasil.

- c) A escolha do Advogado-Geral da União é de livre nomeação pelo Presidente da República, a qual deve ser ratificada pelo Senado Federal.
- d) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade, após dois anos e meio de efetivo exercício.
- e) O ingresso na carreira de Procurador dos Estados e do Distrito Federal depende de concurso de provas e de títulos, sendo vedada a participação de cidadão menores de vinte e oito anos.

10) Sobre a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, são de competência da Justiça do Trabalho.
- b) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, não abrangidas as ações entre os entes de direito público externo e da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a qual compete à Justiça Estadual.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações oriundas da relação de trabalho envolvendo as empresas públicas e seus empregados.
- e) As ações sobre representação sindical, entre sindicatos e trabalhadores, competem à Justiça do Trabalho.

11) Sobre as normas constitucionais sobre orçamento público, marque a alternativa CORRETA:

- a) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Executivo, pela Procuradoria da República, e Judiciário.
- c) Leis de iniciativa do Poder Judiciário estabelecerão os orçamentos anuais.
- d) Não é permitido o início de programa ou projetos não incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) A lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

12) Acerca do processo de edição das leis orçamentárias, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa.
- c) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- d) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere as emendas individuais dos deputados e senadores, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- e) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual e com a lei orçamentária anual.

13) Acerca do papel da Lei complementar em matéria tributária, marque a alternativa CORRETA:

- a) Cabe a ela restringir as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) Cabe à lei complementar estabelecer normas especiais em matéria de legislação tributária.
- c) A lei complementar pode especificar tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, que será instituído por lei ordinária.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) A lei complementar deve prever a alíquota de todos os impostos enumerados na Constituição.

14) Sobre os tributos previstos na Constituição, é correto afirmar que:

- a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis, transmissão inter vivos de bens imóveis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) As taxas poderão ter base de cálculo própria dos impostos e das contribuições.
- c) Pode a União Federal instituir contribuições de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.
- d) Compete à União, em Território Federal, os impostos estaduais e os municipais, mesmo se o Território for dividido em Municípios.
- e) O ICMS, imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

15) Uma das formas de assegurar a força normativa da Constituição é através do controle concentrado de constitucionalidade. No caso de uma lei federal editada após a Constituição de 1988, que trate de Fundos Especiais de Participação entre Estados, mas que não o faz na extensão prevista no texto constitucional, nem incorpore critérios de rateio condizentes com a realidade atual, qual seria a ação de controle concentrado mais indicada para sanar a inconstitucionalidade?

- a) Ação declaratória de constitucionalidade.
- b) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) Representação interventiva.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- e) Representação de inconstitucionalidade no âmbito dos Tribunais de Justiça estaduais.

DIREITO CIVIL

16) João, deficiente auditivo de nascença, tem 17 anos de idade e começou a trabalhar. Com seu salário, paga certas despesas pessoais, mas ainda depende financeiramente dos pais. Apaixonado por sua noiva, ele pretende adquirir um empréstimo no banco para financiar a festa de casamento. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) João, em razão de sua condição de deficiente auditivo, é relativamente incapaz.
- b) João precisa ser representado pelos genitores para celebrar o contrato de financiamento.
- c) A menoridade cessaria com o casamento.
- d) João, por força do seu emprego, é plenamente habilitado à prática dos atos da vida civil.
- e) Se a instituição financeira celebrasse o financiamento, sem a assinatura dos genitores de João, o contrato estaria viciado, mas subsistiria a possibilidade de sua confirmação.

17) No que se refere à proteção jurídica da pessoa natural, assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito ao esquecimento é compatível com a Constituição Federal.
- b) Um nome fictício usado por um indivíduo como alternativa ao seu nome real apenas goza da mesma proteção que se dá ao nome quando averbado no cartório civil de pessoas naturais.
- c) Embora a lei ponha a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, é permitido, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o aborto de fetos anencéfalos.
- d) Os direitos da personalidade são historicamente imutáveis, por serem direitos naturais intrínsecos ao ser humano.
- e) A pessoa jurídica não pode pleitear indenização por uso não autorizado de seu nome em propaganda comercial quando inexistir intenção difamatória por parte de quem o usou.

18) Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, é INCORRETO afirmar:

- a) adotou-se, no Código Civil, a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica.
- b) É incabível a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais.
- c) A mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

- d) Não constitui desvio de finalidade, para fins de desconsideração da personalidade jurídica, a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) o Ministério Público tem legitimidade para requerer a desconsideração da personalidade jurídica.

19) Em conformidade com o direito empresarial brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) O Código Civil de 2002 adotou a teoria dos atos de comércio.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) O complexo de bens organizado, para exercício da empresa, denomina-se estabelecimento.
- d) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- e) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

20) Amanda, mulher muito rica, doa a seu irmão Marcos um prédio na Avenida Rio Branco, no Centro, contanto que um andar seja destinado à divulgação da história da cidade do Rio de Janeiro. A cláusula do contrato de doação, no caso narrado, configura:

- a) Condição suspensiva.
- b) Condição resolutiva.
- c) Termo inicial.
- d) Termo final.
- e) Encargo.

21) Pedro, bastante endinheirado, além do seu apartamento luxuoso em Ipanema, residia, com ânimo definitivo, em uma bela casa de praia em Búzios e em um sítio na região serrana. Com ele viviam sua esposa e filho menor. Ademais, exercia suas atividades empresariais em um escritório no Centro da Capital. Porém, Pedro foi condenado pela prática de crime e atualmente responde em regime fechado em uma unidade prisional do Complexo Penitenciário de Gericinó.

Sobre o exposto acima, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O filho e a esposa de Pedro tinham domicílios necessários ou legais.
- b) Pedro tinha pluralidade de domicílios.
- c) A unidade prisional é domicílio necessário ou legal de Pedro.
- d) O escritório no Centro era domicílio profissional de Pedro.
- e) Seria possível que Pedro, em sua atividade empresarial, celebrasse um contrato escrito, pactuando domicílio diverso de seu escritório profissional.

22) Acerca de um prédio abandonado de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, é CORRETO dizer:

- a) é totalmente inalienável.
- b) pode ser penhorado em ação judicial de cobrança.
- c) é sujeito à usucapião quando permitido por lei, com fulcro na função social da propriedade.
- d) não pode ser dado em hipoteca como garantia de contratos públicos.
- e) é bem de uso comum do povo.

23) A respeito da interpretação do negócio jurídico, marque a opção INCORRETA:

- a) Diante da proposta de celebração de negócio jurídico, o silêncio importa anuência, salvo quando as circunstâncias ou os usos infirmarem a aceitação.
- b) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- c) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- d) As partes poderão pactuar regras de interpretação diversas daquelas previstas em lei.
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

24) Quanto aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Erro é a noção falsa que o agente tem de qualquer dos elementos do ato jurídico ou do negócio;

- b) Dolo é o artifício ou expediente astucioso empregado para induzir alguém à prática de um ato que o prejudica, aproveitando ao autor do dolo ou a terceiro;
- c) A coação é a ameaça com que se constrange alguém à prática de ato jurídico;
- d) A fraude contra credores é considerada um vício de consentimento;
- e) A situação de receio ou temor que leva o necessitado a praticar um ato que, em outras situações, não o faria, caracteriza o estado de perigo.

25) Acerca da prescrição e da decadência, é INCORRETO afirmar:

- a) São institutos que traduzem a influência do tempo sobre o exercício de direitos;
- b) De acordo com o direito positivo brasileiro, a prescrição significa a perda da pretensão;
- c) A prescrição se destina a conferir estabilidade às relações sociais;
- d) A decadência não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz;
- e) segundo o Código Civil, a prescrição somente pode ser interrompida uma única vez.

26) Caio contraiu empréstimo junto a instituição financeira, devendo saldar a dívida de forma parcelada. Tempos depois, Caio sofreu um decréscimo em sua renda e, encontrando-se em dificuldades financeiras, procurou a instituição financeira para renegociar a dívida. Esta renegociação foi consumada por meio da elaboração de um “termo de confissão de dívida e transação” pelo qual se reconheceu, expressamente, a extinção da obrigação originária, com a substituição desta pela obrigação resultante da renegociação. Diante do exposto, verifica-se que a obrigação originária foi extinta por:

- a) Imputação do pagamento;
- b) Dação em pagamento;
- c) Remissão;
- d) Novação;
- e) Pagamento em consignação.

27) Complete com uma das opções abaixo a seguinte frase: “_____ é a possibilidade de o negócio jurídico produzir os efeitos desejados no todo ou em parte”.

- a) existência;
- b) eficácia;
- c) validade;
- d) licitude;
- e) anulabilidade.

28) Escolha a alternativa CORRETA:

- a) nas obrigações de dar coisa incerta esta (a coisa incerta) será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade;
- b) a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, salvo disposição contrária no título;
- c) deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, deverá o credor aceitar a coisa, sem abatimento do preço;
- d) até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais, contudo, não poderá exigir aumento no preço;
- e) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

29) Segundo o Código Civil, é nulo o negócio jurídico quando:

- a) For celebrado por agente relativamente incapaz;
- b) eivado de vício resultante de erro;
- c) Não revestir a forma prescrita em lei;
- d) eivado de vício resultante de dolo;
- e) eivado de vício resultante de coação.

30) Quanto à solidariedade, segundo o Código Civil:

- a) Cada um dos credores solidários somente pode exigir, em face do devedor, a sua quota do crédito;
- b) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste a solidariedade;

- c) Na solidariedade passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum;
- d) O devedor demandado se aproveita das exceções pessoais a outro codevedor;
- e) A solidariedade se presume.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) A respeito das Normas Fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio dispositivo, estabelece, como regra, que o processo começa por iniciativa da parte, que estabelece os limites do seu pedido, porém se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei;
- b) De acordo com o Código de Processo Civil, todos aqueles que participem do processo devem se comportar de acordo com a boa-fé processual, e as partes devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva;
- c) Os princípios do contraditório e da ampla defesa exigem a oitiva da parte previamente à prolação de decisão que contrarie os seus interesses, ressalvadas as exceções legais;
- d) O Estado não pode se submeter à arbitragem, à mediação, à conciliação e a outros meios consensuais de solução de conflitos, em virtude da indisponibilidade do interesse público;
- e) É vedado ao juiz decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria cognoscível *ex officio*, evitando-se, assim, decisões que as surpreendam.

32) Analisando as proposições abaixo, indique a única alternativa CORRETA, no que concerne à competência no Processo Civil:

I – Após a determinação da competência, são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta;

II – Como regra, é competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor o Estado ou o Distrito Federal;

III – Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial;

IV – A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada por meio de exceção de incompetência, a ser autuada em apartado.

- a) I, II, III são verdadeiras e IV é falsa;
- b) I e III são falsas e II e IV são verdadeiras;
- c) I e II são falsas e III e IV são verdadeiras;
- d) II e III são falsas e I e IV são verdadeiras;
- e) I, II e IV, são verdadeiras e III é falsa.

33) No que diz respeito ao processo e ao procedimento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Código de Processo Civil de 2015, a exemplo do que também fazia o Código de Processo Civil de 1973, prevê um procedimento sumário específico para a Fazenda Pública;
- b) O procedimento comum aplica-se, como regra, a todas as causas, salvo disposição legal em contrário, sendo as suas previsões aplicáveis, subsidiariamente, aos procedimentos especiais;
- c) Ao deixar de prever o processo cautelar, o Código de Processo Civil de 2015 extinguiu a tutela cautelar;
- d) Não existem, no Direito Processual Civil brasileiro, procedimentos especiais previstos topograficamente fora do Código de Processo Civil de 2015;
- e) O Código de Processo Civil de 2015 extinguiu completamente o processo de execução, inclusive no que concerne aos títulos executivos extrajudiciais.

34) Acerca dos atos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Desde que obedecidos os requisitos legais, é permitido às partes celebrar negócios jurídicos processuais ou convenções processuais, para ajustar o procedimento às especificidades da causa;
- b) Embora os atos processuais, como regra, sejam públicos, podem tramitar em segredo de justiça determinados processos, quando, por exemplo, o interesse público o exigir;
- c) Os atos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial;

- d) Os pronunciamentos do juiz consistem em sentenças, decisões interlocutórias ou despachos;
- e) Os prazos são contados incluindo-se o dia do começo e o dia do vencimento.

35) No que diz respeito aos recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É defeso ao relator suspender a eficácia da decisão, ainda que constatado risco de dano grave e de difícil reparação, bem como demonstrada a probabilidade de provimento do recurso;
- b) A prática de atos incompatíveis com a vontade de recorrer, sem qualquer ressalva, não configura óbice à posterior interposição de recurso;
- c) O terceiro prejudicado poderá interpor recurso, caso demonstre a possibilidade de a decisão atingir direito de que se afirme titular;
- d) O prazo para interpor Apelação, Agravo de Instrumento e Embargos de Declaração é de 15 (quinze) dias;
- e) O preparo é pressuposto recursal extrínseco, exigível, inclusive, do Estado.

36) Uma vez proposta a ação, assinale a alternativa CORRETA quanto à possibilidade de modificação do pedido, segundo o Código de Processo Civil:

- a) A parte autora pode, até a citação, aditar ou alterar o pedido, mediante o consentimento do réu;
- b) Após o saneamento do processo, a parte autora pode aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento judicial;
- c) A parte autora pode, até a citação, aditar ou alterar a causa de pedir, mediante o consentimento do réu;
- d) Até o saneamento do processo, a parte autora pode aditar ou alterar a causa de pedir, sem o consentimento do réu;
- e) Até o saneamento do processo, a parte autora pode aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório.

37) Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito às prerrogativas da Fazenda Pública:

- a) Todos os entes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista, gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais;
- b) O termo inicial da contagem do prazo em dobro será feito a partir da intimação pessoal;
- c) Tendo em vista que, via de regra, a Fazenda Pública lida com direitos indisponíveis, a ela não se aplicam os efeitos materiais da revelia ou da confissão;
- d) As custas processuais e emolumentos devidos por qualquer ente da Fazenda Pública não são pagos de forma adiantada. Esses valores serão pagos ao final do processo pela parte vencida;
- e) A intimação pessoal da Fazenda Pública será feita por carga, remessa ou meio eletrônico.

38) Analisando as proposições abaixo, indique a única alternativa CORRETA:

I – Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.;

II – As condições da ação foram abolidas do Código de Processo Civil de 2015;

III – A análise das condições da ação são questões de mérito e, por este motivo, deve ser feita no momento da sentença;

IV – É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

- a) I, II, III são verdadeiras e IV é falsa;
- b) I e III são falsas e II e IV são verdadeiras;
- c) II e III são falsas e I e IV são verdadeiras;
- d) III e IV são falsas e I e II são verdadeiras;
- e) I, II e IV, são verdadeiras e III é falsa.

39) São possíveis fontes primárias do Direito Processual Civil Brasileiro, EXCETO:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Legislação Estadual;
- c) Legislação Municipal;
- d) Legislação Federal;
- e) Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

40) A regra de que as partes deverão submeter-se ao quanto decidido pelo órgão jurisdicional coaduna-se com o princípio do(a):

- a) Inafastabilidade da apreciação pelo Poder Judiciário;
- b) Inércia;
- c) Indelegabilidade;
- d) Inevitabilidade;
- e) Correlação.

LÍNGUA PORTUGUESA

A TECNOLOGIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

19/05/2021

Kathleen Vieira

A sociedade vive o “tempo” em que a tecnologia tornou-se praticamente essencial para o desenvolvimento de grande parte das atividades cotidianas. As pessoas conversam por meio das redes sociais, assistem às aulas por meio de videochamadas, leem livros em PDF, trabalham usando o computador, assistem aos filmes e séries nas plataformas de streaming, ouvem músicas por meio de plataformas digitais, ou seja, vivem basicamente dependentes de uma tela para entreter-se, trabalhar ou estudar.

Mas para chegar, nesse tempo tão tecnológico, foram necessárias grandes revoluções como: a criação da escrita, que ocorreu entre 3000 a 4000 a.C. e permitiu a difusão do conhecimento entre as pessoas, sendo que antes só era passado por meio do homem mais velho para o mais novo em um grupo fechado, conhecido como Paraíso Tribal; a Prensa de Gutemberg, que permitiu que o conhecimento começasse a ser transmitido em massa e a informação chegasse mais rápido; a fotografia, que permitiu que as pessoas conhecessem o mundo em que viviam e não dependessem da visão do outro através de uma pintura e, por último, a revolução digital que uniu todas as revoluções da comunicação que ocorreram anteriormente à internet e criou esse universo globalizado.

No mundo conectado, a informação, que antes demorava horas e dias para propagar-se, hoje, viraliza em questões de instantes. Uma pessoa que mora, por exemplo, no Brasil pode saber o que aconteceu no Japão com apenas alguns clicks. Tudo chega e é encontrado muito rápido e os meios de comunicação disputam para ser o primeiro a informar tal acontecimento e ter a maior audiência. As pessoas que se acostumaram com as facilidades e a rapidez querem ser as primeiras a saber, a compartilhar e a comentar tal fato.

As redes sociais, então, permitiram maior conexão entre as pessoas, visto que é possível conversar com quem está a quilômetros de distância em questão de instantes. Contudo essas redes sociais que aproximam quem está longe são as mesmas responsáveis por trazerem grandes malefícios, principalmente, entre a população mais jovem. (...)

O filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman criou o conceito “modernidade líquida” para definir o tempo presente. Assim, a tecnologia traz inovações constantes que buscam agradar e facilitar cada vez mais a vida. Inovações essas que, segundo o filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman, contribuíram para a criação de uma “modernidade líquida”, que é caracterizada por uma sociedade com vínculos não duradouros e que reforçam laços e relações frágeis. Hoje, quando alguém diz algo ou tem atitudes que não agradam o outro, a pessoa simplesmente exclui a outra pessoa de suas redes, sem conversar ou debater para tentar entender um ponto de vista diferente do seu. Tudo é muito efêmero e o que se sabe é que, na contemporaneidade, a mudança é constante.

E, nesse mundo de transformações rápidas, o público tornou-se mais participativo por conta das redes. Todos têm mais liberdade para manifestar a opinião a respeito de diferentes assuntos e influenciar o círculo social de maneira positiva, quando, por exemplo, propagam uma campanha beneficente. Já de maneira negativa, quando, por exemplo, há propagação de uma notícia falsa.

Assim, com todos esses cenários apresentados, é inegável a importância da tecnologia na sociedade contemporânea, porém é necessário um equilíbrio entre o real e o virtual. No virtual, geralmente, as pessoas somente mostram o belo e muitos influenciadores utilizam editores de imagem para ter uma beleza que é inalcançável de maneira natural. A internet trouxe, sim, muitos benefícios, no entanto, quando mal utilizada pode gerar traumas, fobias, ódio e desunião. A realidade, às vezes, não é fácil, mas como diz o

escritor Machado de Assis: “é melhor, muito melhor, contentar-se com a realidade; se ela não é tão brilhante como os sonhos, tem, pelo menos, a vantagem de existir”.

faesadigital.com/2021/05/19/opiniao-a-tecnologia-na-sociedade-contemporanea

41) Podemos inferir que a programação temática do texto em tela, observada pela sequência linguística (retórica) com que se desenvolve, trata-se predominantemente de:

- a) um texto descritivo, cuja característica é a de construir sentidos, mediante a sequência de aspectos, ancorados, gramaticalmente, em adjetivos que qualificam, estaticamente, as novas tecnologias.
- b) um texto narrativo, cuja característica desenvolve uma sequência discursiva em que os fatos se sucedem e se movimentam no tempo.
- c) um texto injuntivo, cuja intenção do autor é instruir, prescrevendo o comportamento adequado do interlocutor frente às novas tecnologias.
- d) um texto expositivo, cuja função é a de apresentar análise ou síntese de fatos nos quais as representações conceituais apresentam-se por meio de uma ordenação lógica.
- e) um texto argumentativo, cuja característica se constitui de uma sequência de fatos e opiniões, submetidos à ordenação ideológica de argumentos e contra-argumentos.

42) Com base na leitura atenta do texto, analise as seguintes afirmativas:

I. Segundo o texto, a tecnologia propiciou ao homem da sociedade contemporânea inúmeras facilidades para conectar-se ao universo globalizado e estar ciente de tudo o que se passa no mundo, lidando apenas com informações de qualidade.

II. O texto destaca o Paraíso Tribal como uma das revoluções na comunicação por ser o marco do surgimento do conhecimento escrito, contribuindo assim para a maior difusão da informação.

III. O objetivo central do texto é apresentar a tese de que a revolução digital acabou por subjugar o homem contemporâneo a uma tela que o absorve basicamente em todas as suas atividades, tornando-o mais participativo na sociedade, mas sujeito a iludir-se com informações inverídicas.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- c) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se apenas a afirmativa II estiver correta.

43) A partir da sequência discursiva do texto “A Tecnologia na Sociedade Contemporânea”, destaque o comentário que não se identifica com a intencionalidade da autora.

- a) A tecnologia, no mundo contemporâneo, resolveu irremediavelmente, por completo, as carências das pessoas, facilitando-lhes as tarefas; subtraindo o tempo e o espaço das relações sociais; oferecendo-lhes as redes sociais como forma preferencial de se relacionar com o outro.
- b) As redes sociais, pelas características que possuem, facultam a interação rápida, entre uma multiplicidade de interlocutores. Assim, ao mesmo tempo que responsabilizam as inovações tecnológicas pelos benefícios de maior participação, também, possibilitam a manipulação, em grande escala.
- c) A Internet, o vetor mais importante da tecnologia digital, não pode ser responsabilizada pelos malefícios. Deve-se também considerar as pessoas que a utilizam.
- d) As inovações tecnológicas, por meio da Internet, alteraram definitivamente as rotinas dos cidadãos contemporâneos; permitiram, que apesar da distância, na época de isolamento social provocado pela pandemia, houvesse, por exemplo, a continuidade dos compromissos escolares.
- e) As facilidades explícitas, enraizadas na vida das pessoas, promovidas pelas inovações tecnológicas merecem um alerta, já que as pessoas podem se tornar intolerantes ao outro, quando esses não se dispuserem a pensar de forma semelhante às expectativas dos seus interlocutores.

44) Assinale o excerto cuja expressão em destaque à esquerda não se relaciona com a, também destacada, à direita:

- a) **Inovações** essas que, segundo o filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman contribuíram para a criação de uma “modernidade líquida”, que é caracterizada por uma **sociedade** com vínculos (...)
- b) No mundo conectado (...) **com apenas uns clicks**. **Tudo** chega e é encontrado muito rápido(...)

- c) **As pessoas** que se acostumaram com as facilidades (...) querem ser **as primeiras** a saber e compartilhar tal fato.
- d) Todos têm mais liberdade para manifestar a opinião a respeito de diferentes assuntos e influenciar o círculo social de maneira positiva, quando, por exemplo, **propagam** uma campanha beneficente. Já de maneira negativa, quando, por exemplo, há **propagação** de uma notícia falsa.
- e) (...) diz o escritor Machado de Assis “é melhor, muito melhor, contentar-se com a **realidade**; se **ela** não é tão brilhante como os sonhos (...).”

45) As aspas são um tipo de pontuação que possui efeitos de sentido na produção textual. Portanto, atribua F ou V a cada opção de acordo com a função desses sinais gráficos nos exemplos.

- () A sociedade vive o “tempo” em que a tecnologia tornou-se praticamente essencial (...) - **destaque**
- () O filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman criou o conceito “modernidade líquida” para definir o tempo presente. **_neologismo**
- () Mas como diz o escritor Machado de Assis: “é melhor, muito melhor contentar-se com a realidade; se ela não é tão brilhante, como os sonhos, tem, pelo menos a vantagem de existir.”- **citação**
- () Temos que dar um “tempo” na tolerância ao uso de noticiário falso que se produz nas redes sociais- **gíria**
- () Que “tempo bom” era aquele , quando dependíamos de um único telefone na cidade. **Ironia**

- a) V-V-V-V-V
 b) F-V-V-F-V
 c) V-F-V-V-V
 d) V-V-F-F-F
 e) F-F-F-V-V

46) Nos exemplos, a seguir, destacamos modalizadores discursivos e os classificamos de acordo com a sua função gramatical, ou seja, seu sentido na frase. Assinale a resposta que está INCORRETA.

- a) As redes sociais, então, permitiram maior conexão entre as pessoas, **visto que** é possível conversar com quem está a quilômetros de distância. (articulador discursivo indicador de causa)
- b) **Contudo** essas redes sociais que aproximam quem está longe são as mesmas responsáveis por trazerem grandes malefícios, principalmente, para a população jovem(...) articulador discursivo indicador de oposição)
- c) Hoje, **quando** alguém diz algo ou tem atitudes que não agradam o outro, a pessoa simplesmente exclui a outra pessoa(...) (articulador discursivo indicador de tempo)
- d) **Já**, de maneira negativa, quando a propaganda é falsa. (articulador discursivo indicador de oposição)
- e) A Internet trouxe, sim, muitos benefícios, **no entanto**, quando mal utilizada pode gerar traumas(...) (articulador discursivo indicador de concessão)

47) Em todos os trechos abaixo relacionados estão em destaque orações adjetivas, mas nem todas têm a mesma classificação. Indique em qual(is) dele(s) a oração se classifica como explicativa.

Há oração adjetiva explicativa em:

- I. (...)a criação da escrita, **que ocorreu entre 3000 a 4000 a.C.** e permitiu a difusão do conhecimento entre as pessoas.
- II. (...)as revoluções da comunicação **que ocorreram anteriormente à internet** e criou esse universo globalizado.
- III. As pessoas **que se acostumaram com as facilidades e a rapidez** querem ser as primeiras a saber (...)
- IV. Hoje, quando alguém diz algo ou tem atitudes **que não agradam o outro** a pessoa simplesmente exclui a outra pessoa de suas redes(...)
- V. Assim, a tecnologia traz inovações constantes **que buscam agradar** e facilitar cada vez mais a vida.

- a) I e V
 b) I
 c) I e III
 d) II
 e) II e IV

48) Assinale a frase em que a crase está empregada CORRETAMENTE:

- a) A Internet tornará possível a democratização do conhecimento, desde que Projetos Populares Governamentais levem a população à obter essa rede de conexões como direito.
- b) As redes sociais, apesar de nos passarem a sensação de autonomia e liberdade, na verdade, pertencem às grandes Corporações de Comunicação Internacionais, que as mantêm sob estreito controle.
- c) Hoje é possível a conexão à quilômetros de distância, desde que se tenham condições para o acesso, como, por exemplo, equipamentos, serviços de geração e manutenção garantidos.
- d) A fotografia foi uma inovação tecnológica na época em que a sociedade se dirigia à pinturas para guardar registros pessoais ou de personalidades históricas.
- e) Os jovens, hoje, ficam atentos à comprar os últimos lançamentos tecnológicos do mercado, porque há sempre alguma novidade a atraí-los.

49) Parônimos são vocábulos que apresentam significados diferentes embora sejam parecidos na grafia ou na pronúncia. A troca desses vocábulos no texto pode conduzir a erros crassos. Nas frases abaixo, apenas uma opção apresenta o uso CORRETO da palavra em destaque:

- a) fragrante/ flagrante _

Por falta de provas, a prisão em **fragrante** do jornalista das *fakenews* foi desconsiderada.

- b) mandato / mandado _

O diretor eleito da nova plataforma digital terá um **mandado** de quatro anos.

- c) infringir/ infligir _

O juiz lhe **infligiu** a pena adequada diante da gravidade do crime cibernético.

- d) procedente / precedente

A sentença foi **precedente** diante dos malefícios causados aos jovens pela programação do canal de TV.

- e) discriminar / discriminar

No Brasil, isso ainda é considerado crime. Na Guatemala, isso foi **discriminado** há alguns anos.

50) Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do 5º parágrafo do texto: “Todos têm mais liberdade para manifestar a opinião a respeito de diferentes assuntos e influenciar o círculo social de maneira positiva, quando, por exemplo, propagam uma campanha beneficente.” Assinale a opção em que a proposta de reescrita mantém a correção gramatical e a coerência do texto.

- a) A população têm mais liberdade de expressão sobre diferentes assuntos e quando propagam uma campanha beneficente, por exemplo, influenciam, positivamente a sociedade.
- b) Exemplificando, todos podem se expressar de forma livre sobre diferentes assuntos e isso acaba propagando positivamente uma campanha beneficente no círculo social.
- c) A propagação de uma campanha beneficente, por exemplo, influencia de maneira positiva o círculo social porque todos têm liberdade de expressão sobre diferentes assuntos.
- d) Pelo fato de as pessoas terem mais liberdade de expressão sobre diferentes assuntos, acabam por influenciar, positivamente, o círculo social, quando, por exemplo, propagam uma campanha beneficente.
- e) A liberdade de expressão do círculo social propaga uma campanha beneficente positiva quando, por exemplo, todos tem opiniões sobre diferentes assuntos.